COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2016

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará

Autor: Deputado JERÔNIMO GOERGEN

Relator: Deputado GENERAL GIRÃO

I - RELATÓRIO

Em apreciação o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2016, cujo objetivo é sustar o Decreto sem número de 1º de abril de 2016, que “declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará ”.

Em sua justificativa aponta o autor da proposição que “a Administração Pública ao editar o Decreto não atendeu aos princípios basilares inerentes ao ato administrativo”, razão pela qual o ato seria inconstitucional.

A proposição tramita em regime ordinário, estando sujeita à apreciação pelo Plenário após a tramitação nas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Constituição de Justiça e de Cidadania (Mérito e art. 54, RICD).

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Este é o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega-nos para ser apreciado o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2016, cujo objetivo é sustar o Decreto sem número de 1º de abril de 2016, que “declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará”.

Após apurada análise, inclusive, concluímos que a proposição em análise perdeu o objeto em razão da caducidade do decreto cujos efeitos pretende suspender. Vejamos.

Nos moldes do art. 3º da Lei Complementar 76/1993, “a ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de dois anos, contado da publicação do decreto declaratório”. Em outras palavras, o decreto que reconhece um imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária caducará em função da inércia estatal pelo período de dois anos. A medida é lógica e humana, visto que não razoável pender sobre o proprietário a eterna “ameaça” de desapropriação.

No caso em análise, foi informado pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, em correspondência eletrônica datada de 08 de agosto de 2019, que:

Quanto ao imóvel denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, o processo administrativo não chegou a ser encaminhado à PFE/incra-CE para o devido ajuizamento. O último ato administrativo que encontra-se disponibilizado no SEI refere-se à resposta da STN, informando não haver disponibilidade orçamentária suficiente para realizar o lançamento dos TDAs – o que conseqüentemente inviabiliza o ajuizamento da ação. Os autos administrativos não retornaram à SR/CE e não houve solicitação da administração para o ajuizamento da ação. (...)

Assim, considerando que tanto o Decreto referente ao imóvel Trapiá quanto o Decreto referente ao imóvel Lagoa dos Bois/Tunisia foram publicados em 4.4.2016; considerando que não foram ajuizadas as respectivas ações de desapropriação para fins de reforma agrária no prazo legal (4.4.2018) e considerando o que disciplina o

art. 3º, da LC 76, de 1993, não resta qualquer dúvida quanto à caducidade dos decretos.

Dessa forma, em razão da perda do objeto, não é pertinente que analisemos o mérito desta proposição. De fato, não há como suspender efeitos que já não mais existem, obstar ato que já caducou.

Diante do exposto, nos moldes do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, provocamos o Presidente desta Comissão para que declare prejudicada a matéria pendente de deliberação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado GENERAL GIRÃO
Relator